

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
 A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos. Em 2016, a Seguradora apresentou R\$ 755,5 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 10,0% sobre o ano anterior, e lucro líquido de R\$ 93,3 milhões.
 No exercício de 2016, os acionistas deliberaram distribuição de lucros no total de R\$ 59,7 milhões,

na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 34,3 milhões e R\$ 25,4 milhões, respectivamente, em Reuniões da Diretoria realizadas em 25 de maio, 04 de julho e 15 de dezembro de 2016.

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, a MAPFRE Vida S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 761 mil e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		688.586	638.138
Disponível		1.996	2.514
Caixa e bancos	5	1.996	2.514
Equivalente de caixa	5	7.406	3.512
Aplicações	6	457.132	416.397
Créditos das operações com seguros e resseguros		157.503	155.939
Prêmios a receber	7	94.053	84.719
Operações com seguradoras	8a	24.915	39.357
Operações com resseguradoras	9a	38.535	31.863
Outros créditos operacionais		7.307	6.009
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	10.577	13.600
Títulos e créditos a receber		31.775	23.143
Títulos e créditos a receber	10	3.075	10.383
Créditos tributários e previdenciários	24b	26.808	11.612
Outros créditos		1.892	1.148
Outros valores e bens		226	5.324
Outros valores		226	5.324
Despesas antecipadas		3.781	105
Custos de aquisição diferidos	17	10.883	11.591
Seguros		10.883	11.591
Ativo não circulante		585.479	584.022
Realizável a longo prazo		543.333	551.790
Aplicações	6	309.428	296.137
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	137	—
Títulos e créditos a receber		232.705	254.725
Créditos tributários e previdenciários	24b	218.926	241.226
Depósitos judiciais e fiscais	21a	13.296	13.016
Outros créditos		483	483
Custos de aquisição diferidos	17	1.063	928
Seguros		1.063	928
Investimentos		4.139	4.230
Participações societárias		420	434
Imóveis destinados à renda		3.709	3.786
Outros investimentos		10	10
Imobilizado	11	3.714	6.228
Bens móveis		1.576	2.610
Outras imobilizações		2.138	3.618
Intangível	12	34.293	21.774
Outros intangíveis		34.293	21.774
Total de ativo		1.274.065	1.222.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		539.010	573.397
Contas a pagar		30.495	59.114
Obrigações a pagar	13	13.233	27.746
Impostos e encargos sociais a recolher		6.980	9.746
Encargos trabalhistas		3.523	3.956
Impostos e contribuições	14	4.501	515
Outras contas a pagar		2.258	17.151
Débitos de operações com seguros e resseguros		63.275	75.861
Prêmios a restituir		3.575	3.532
Operações com seguradoras	8b	14.833	22.053
Operações com resseguradoras	9b	15.420	20.637
Corretores de seguros e resseguros	15	26.346	25.486
Outros débitos operacionais		3.101	4.153
Depósitos de terceiros	16	22.920	17.144
Provisões técnicas - seguros	17	422.320	421.278
Danos		84.393	55.425
Pessoas		282.312	311.342
Vida individual		55.615	54.511
Passivo não circulante		246.901	168.350
Contas a pagar		1.402	—
Tributos diferidos		1.402	—
Provisões técnicas - seguros	17	230.312	159.711
Danos		16.466	22.307
Pessoas		196.435	137.391
Vida individual		17.411	13
Outros débitos	21	15.187	8.639
Provisões judiciais		15.187	8.639
Patrimônio líquido	22	488.154	480.413
Capital social		439.766	468.766
Reservas de capital		—	2.518
Reservas de lucros		46.673	13.089
Ajuste de títulos e valores mobiliários		1.715	(3.960)
Total de passivo e patrimônio líquido		1.274.065	1.222.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

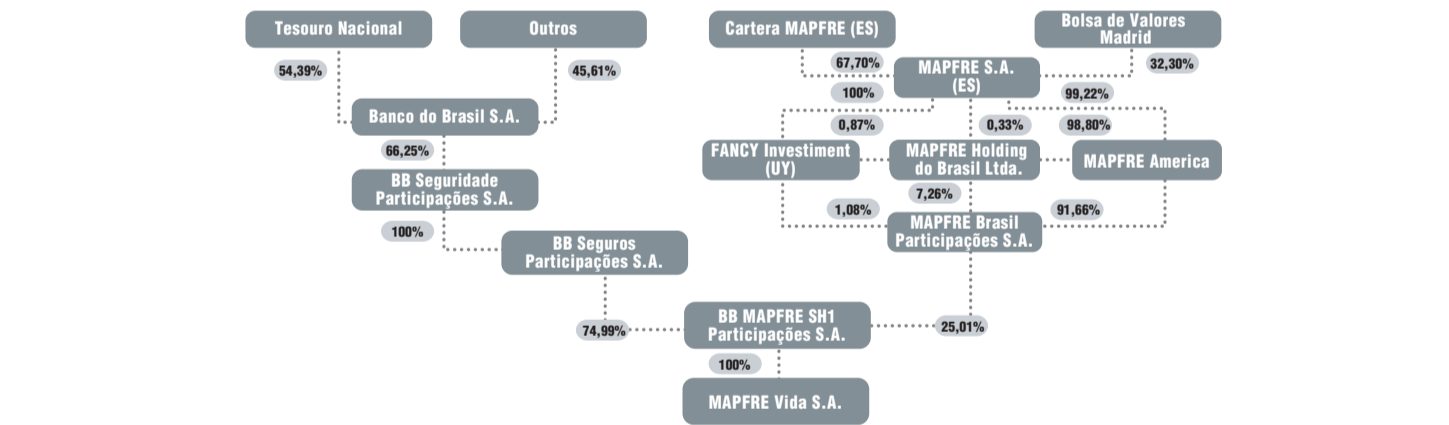
	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital Doações e subvenções	Reserva de capital Reserva de capital	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	308.295	160.471	112	2.406	2.574	16.634	(1.175)	—	489.317
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—	(2.785)	—	(2.785)
Dividendos pagos - AGE de 23 de fevereiro de 2015	—	—	—	—	—	(16.044)	—	—	(16.044)
Aumento de capital - Portaria SUSEP nº 6.245 de 25 de abril de 2015	160.471	(160.471)	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	104.325	104.325
Distribuição do resultado:									
Reserva legal	—	—	—	—	5.216	—	—	(5.216)	—
Dividendos pagos - AGE de 29 de maio de 2015	—	—	—	—	—	(591)	—	(22.909)	(23.500)
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	—	—	—	—	—	—	—	(13.100)	(13.100)
Dividendos pagos - AGE de 30 de novembro de 2015	—	—	—	—	—	—	—	(14.300)	(14.300)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Comitê de Direção em 30 de novembro de 2015	—	—	—	—	—	—	—	(26.500)	(26.500)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Comitê de Direção em 29 de dezembro de 2015	—	—	—	—	—	—	—	(2.000)	(2.000)
Dividendos pagos - Reunião de Comitê de Direção em 29 de dezembro de 2015	—	—	—	—	—	—	—	(15.000)	(15.000)
Reserva de investimentos	—	—	—	—	—	5.300	—	(5.300)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2015	468.766	—	112	2.406	7.790	5.299	(3.960)	—	480.413
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—	5.675	—	5.675
Redução de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	(29.000)	—	—	—	—	—	—	(29.000)	(29.000)
Redução da reserva de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	—	—	(112)	(2.406)	—	—	—	(2.518)	(2.518)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	—	—	—	—	—	(5.299)	—	—	(5.299)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	93.284	93.284
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	—	—	—	—	4.664	—	—	(4.664)	—
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	—	—	—	—	—	—	—	(5.501)	(5.501)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 4 de julho de 2016	—	—	—	—	—	—	—	(23.500)	(23.500)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	—	—	—	—	—	—	—	(25.400)	(25.400)
Reserva de investimentos	—	—	—	—	—	34.219	—	(34.219)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2016	439.766	—	—	—	12.454	34.219	1.715	—	488.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o GRUPO MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 521/2015, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2017. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são realizadas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3g e 23j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Notas 3j, 3l, 18 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 21 - Provisões judiciais; e • Nota 25 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: i) IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e, novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Seguradoras tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento e iii. ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado

do exercício. ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iv. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. v. **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. **Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada em estudo interno que considera o total dos créditos vencidos superiores a 365 dias e a aplicação de fator de ponderação obtido de acordo com o rating de classificação de cada Ressegurador. Para as operações com IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. não há histórico de risco de perda e, consequentemente, nenhuma redução ao valor recuperável foi registrada. iii. **Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando a aplicação das taxas admitidas pela Legislação Fiscal, consolidadas no Regulamento do Imposto de Renda por meio de seus artigos 305 e 323 e de acordo com os prazos dos contratos de aluguéis, conforme divulgado na nota explicativa nº 11. **e) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 12. **f) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
(+) Prêmios emitidos	23b	755.549	680.188
(+/-)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas nos resultados como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **q) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados seja haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **s) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo Índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a empresa líder conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido por análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. A cada um o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias secundárias elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (*)	
	2016	2016	2016	2016
Centro-Oeste	165.665	24%	165.664	24%
Nordeste	19.167	3%	19.167	3%
Norte	4.817	1%	4.817	1%
Sudeste	452.257	65%	446.338	65%
Sul	49.759	7%	48.023	7%
Total	691.665	100%	684.009	100%
Região geográfica	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	2015	2015	2015	2015
Centro-Oeste	139.559	23%	139.554	23%
Nordeste	12.895	2%	12.894	2%
Norte	3.912	1%	3.911	1%
Sudeste	400.469	66%	393.259	66%
Sul	45.912	8%	45.910	8%
Total	602.747	100%	595.528	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 5.003 e R\$ 58.881 (R\$ 1.540 e R\$ 75.901 em 31 de dezembro de 2015).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no IBNR entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 2,30% (5,98% em 31 de dezembro de 2015) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade
a. IBNR	Aumento
b. Sinistralidade	Aumento

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinações expositivas ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e da admítida MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	2016			2015		
	Local	Admitida	Total	Local	Admitida	Total
A	6.602	351	6.953	4.048	1.335	5.383
A-	703	-	703	1.836	-	1.836
Total	7.305	351	7.656	5.884	1.335	7.219

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2016.

Ativos financeiros - Rating	2016				
	AAA	AA+	AA-	A+	S/Rating
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	748.680	-	-
Debêntures	-	5.040	6.559	1.005	-
Letras financeiras	2.582	-	2.582	-	-
Outras aplicações	-	-	-	112	-
Total	2.582	5.040	757.821	1.005	112

Ativos financeiros - Rating	2015				
	AAA	AA+	S/Rating	Total	
Títulos de renda fixa públicos (*)	567.030	-	-	-	567.030
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	131.700	-	131.700
Debêntures	11.357	2.335	-	-	13.692
Outras aplicações	-	-	112	-	112
Total	578.387	2.335	112	112	712.534

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 155.582 (R\$ 117.495 em 31 de dezembro de 2015) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Seguradora reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos agings do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

2016	Até 1 ano			Acima de 5 anos		
	Disponível	De 1 a 5 anos	Total	Disponível	De 1 a 5 anos	Total
Disponível	1.996	-	1.996	-	-	-
Equivalente de caixa	7.406	-	7.406	-	-	-
Aplicações (*)	185.446	407.682	72.550	665.678	-	-
Créditos das operações de seguros e resseguros	157.503	-	-	157.503	-	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	5.381	4.125	1.208	10.714	-	-
Outros créditos operacionais	7.307	-	-	7.307	-	-
Títulos e créditos a receber (**)	4.968	483	-	5.451	-	-
Outros valores e bens	226	-	-	226	-	-
Despesas antecipadas	3.781	-	-	3.781	-	-
Custos de aquisição diferidos	10.883	1.063	-	11.946	-	-
Total do ativo	384.897	413.353	73.758	872.008	-	-
Provisões técnicas (**/****)	283.134	212.603	56.035	551.772	-	-
Contas a pagar	30.495	1.402	-	31.897	-	-
Débitos das operações com seguros e resseguros	63.275	-	-	63.275	-	-
Depósitos de terceiros	22.920	-	-	22.920	-	-
Total do passivo	399.824	214.005	56.035	669.864	-	-

2015	Até 1 ano			Acima de 5 anos		
	Disponível	De 1 a 5 anos	Total	Disponível	De 1 a 5 anos	Total
Disponível	2.514	-	2.514	-	-	-
Equivalente de caixa	3.512	-	3.512	-	-	-
Aplicações (*)	274.579	261.790	98.434	634.803	-	-
Créditos das operações de seguros e resseguros	155.939	-	-	155.939	-	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	6.168	5.511	1.925	13.604	-	-
Outros créditos operacionais	6.009	-	-	6.009	-	-
Títulos e créditos a receber (**)	11.531	483	-	12.014	-	-
Outros valores e bens	5.324	-	-	5.324	-	-
Despesas antecipadas	105	-	-	105	-	-
Custos de aquisição diferidos	11.951	928	-	12.519	-	-
Outros ativos	-	-	112	-	-	112
Total do ativo	477.272	268.824	100.359	846.455	-	-
Provisões técnicas (**/****)	233.654	205.377	64.359	503.390	-	-
Contas a pagar	59.114	-	-	59.114	-	-
Débitos das operações com seguros e resseguros	75.861	-	-	75.861	-	-
Depósitos de terceiros	17.144	-	-	17.144	-	-
Total do passivo	385.773	205.377	64.359	655.509	-	-

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 100.882 (R\$ 77.619 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 100.860 (R\$ 77.599 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 13.296 (R\$ 13.016 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 15.186 (R\$ 8.639 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 245.733 (R\$ 252.838 em 31 de dezembro de 2015) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de caixa das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2016		2015	
	VaR	Patrimônio Líquido	VaR	Patrimônio Líquido
Liquidez	14	714,641	-	127,152
Rentabilidade	1	48,924	-	45,990

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Seguradora, que contempla as Carteiras Administradas e os fundos com Ativos Mantidos até o Vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,56 anos (2,19 em 31 de dezembro de 2015) frente a um patrimônio de R\$ 335.940 (R\$ 550.704 em 31 de dezembro de 2015) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO SEGURADOR, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade a taxa de juros: Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 766.560 (R\$ 712.534 em 31 de dezembro de 2015) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 100.882 (R\$ 77.619 em 31 de dezembro de 2015) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e outras aplicações de R\$ 112 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2015). Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 665.566 (R\$ 634.803 em 31 de dezembro de 2015). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/Resultado (Bruto de impostos)	
	2016	2015
Taxa de juros e cupons	-	-
a) Elevação de taxas	-	(20.776)
b) Redução de taxas	-	21.591

Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou falhas externas, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: •

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados no nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autogestão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **d) Taxa de juros contratada:**

	2016		2015	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	18,50%	9,44%	18,50%	9,44%
LFT	18,40%	12,16%	13,93%	12,16%
LTN	11,10%	10,99%	11,10%	10,99%
NTN-B	7,62%	3,50%	7,92%	3,30%
NTN-C	4,84%	4,84%	5,94%	4,84%
TDA	13,26%	8,61%	13,54%	8,61%
Letra financeira	111,60% do CDI	109,00% do CDI	-	-
Debêntures	111,50% do CDI	111,50% do CDI	-	-
Debêntures	CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.
Debêntures	IPCA + 5,4% a.a.	IPCA + 5,4% a.a.	IPCA + 5,4% a.a.	IPCA + 5,4% a.a.
Debêntures	-	-	11,17%	-
CDB	-	-	104,5% do CDI	104,5% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em			Ajuste valor		Saldo em
	2015	Aplicações	Resgates	justo	Rendimentos	
Valor justo por meio do resultado	267.168	812.603	(767.804)	-	115.299	427.266
Disponíveis para venda	254.589	587.231	(548.654)	10.317	34.938	338.421
Mantidos até o vencimento (*)	190.665	-	(148.423)	-	(41.481)	761
Outras aplicações	112	-	-	-	-	112
Total	712.534	1.399.834	(1.464.881)	10.317	108.756	766.560

(*) O valor de R\$ (41.481) trata-se de rendimentos obtidos com a aplicação e ajustes decorrentes de quotas do Fundo Soberano compartilhado entre as empresas MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. e MAPFRE Vida S.A.

7. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento:

Ramos	2016			2015		
	Prêmios a receber	Redução ao valor a recuperar	Prêmios líquidos	Prêmios a receber	Redução ao valor a recuperar	Prêmios líquidos
Vida em grupo e individual	92.012	(5.623)	86.389	81.404	(3.883)	77.521
Acidentes pessoais coletivo e individual	7.595	(1.156)	6.439	5.879	(140)	5.739
Demais ramos	1.296	(71)	1.225	1.500	(41)	1.459
Total	100.903	(6.850)	94.053	88.783	(4.064)	84.719

b) Movimentação de prêmios a receber

	2016	2015
Saldo inicial	84.719	84.870
(+) Prêmios emitidos	980.631	887.576
(+) IOF	3.464	361
(-) Prêmios cancelados	(51.960)	(80.676)
(-) Recebimentos	(920.015)	(821.180)
(-/+ Constituição/reversão de redução ao valor recuperável	(2.786)	13.768
Saldo final	94.053	84.719

c) Composição de prêmios a receber por prazo

	2016	2015
A vencer até 30 dias	72.840	56.844
A vencer de 31 a 60 dias	7.383	6.587
A vencer de 61 a 120 dias	3.127	3.830
A vencer de 121 a 180 dias	2.210	2.152
A vencer de 181 a 365 dias	2.646	2.574
Total a vencer	88.206	71.987
Vencidos até 30 dias	3.842	4.767
Vencidos de 31 a 60 dias	1.592	2.212
Vencidos de 61 a 120 dias	234	1.048
Vencidos de 121 a 180 dias	-	2.476
Vencidos de 181 a 365 dias	-	2.213
Vencidos acima de 365 dias	179	16
Total vencidos	5.847	12.732
Total	94.053	84.719

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	2016	2015
a) Ativo		
Sinistro a recuperar de cosseguro cedido	23.340	33.926
Prêmios a receber de cosseguro aceito	-	4.575
Outros	4.537	3.777
Redução ao valor recuperável	(2.962)	(2.921)
Total	24.915	39.357
b) Passivo		
Cosseguro cedido - outros	14.833	22.053
Total	14.833	22.053

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

	2016	2015
a) Ativo		
Recuperação de sinistros de resseguros	38.086	31.543
Outros	449	320
Total	38.535	31.863
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	10.045	9.144
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	518	2.889
Provisão de eventos ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	136	1.536
Provisão de despesas relacionadas - PDR	15	35
Total	10.714	13.604
b) Passivo		
Prêmios cedidos em resseguro	9.328	14.776
Outros	6.092	5.861
Total	15.420	20.637

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido	Retenção
Pessoas	691.665	7.656	99%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 5.003 e R\$ 58.881 (R\$ 1.540 e R\$ 75.901 em 31 de dezembro de 2015).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

É composto, substancialmente pelo saldo de compartilhamento de despesas R\$ 1.623 (R\$ 9.387 em 31 de dezembro de 2015) e títulos de capitalização no valor de R\$ 535 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2015).

11. IMOBILIZADO

	Saldo	Saldo	
Taxa anual em 2015	Adições	Depreciação em 2016	
Equipamentos	20% 1.077	46 (781) (59)	283
Móveis, máquinas e utensílios	10% 1.217	- (7) (158)	1.052
Veículos	20% 316	72 (53) (94)	241
Outras imobilizações	10% a 20% 3.618	3 (35) (1.448)	2.138
Total	6.228	121 (876) (1.759)	3.714

	Saldo	Saldo	
Taxa anual em 2014	Adições	Depreciação em 2015	
Equipamentos	20% 631	36 - (104)	1.077
Móveis, máquinas e utensílios	10% 1.326	56 - (145)	1.217
Veículos	20% 331	101 - (116)	316
Outras imobilizações	10% a 20% 4.986	219 - (1.587)	3.618
Total	7.274	906 - (1.952)	6.228

12. INTANGÍVEL

	Saldo	Saldo	
Taxa anual em 2015	Aquisições	Amortização em 2016	
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20% 21.774	19.909 (17) (7.373)	34.293
Total	21.774	(7.373)	34.293

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2016	2015
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 26)	3.008	8.880
Fornecedores	1.173	9.075
Participação nos lucros	4.540	4.767
Previdência privada (nota explicativa nº 26)	1	2.487
Rescisão complementar	-	1.716
Outras contas a pagar	4.511	821
Total	13.233	27.746

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2016	2015
Imposto de renda	17.766	7.668
Antecipação imposto de renda	(16.602)	(7.668)
Contribuição social	14.918	4.125
Antecipação contribuição social	(12.343)	(4.125)
COFINS	655	409
PIS	107	66
Outras	-	40
Total	4.501	515

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2016	2015
1 a 30 dias	16.828	16.961
31 a 60 dias	906	12
61 a 120 dias	5.186	38
121 a 180 dias	-	23
181 a 365 dias	-	39
Superior a 365 dias	-	71
Total	22.920	17.144

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas - seguros	2016		2015	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR
Saldo inicial	45.547	352.270	35.410	140.389
Constituições	101.319	-	-	27.342
Diferimento pelo risco decorrido (94.191)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	612.913	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(351.923)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(222.599)	-	-
Atualização monetária e juros	-	14.135	-	-
Reversões	-	-	(14.895)	-
Saldo final	52.675	404.796	20.515	167.731

Provisões técnicas - resseguros	2016		2015	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR
Saldo inicial	9.144	9.144	1.536	2.889
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(10.847)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	16.666	-	-
Atualização monetária e juros	-	(4.918)	-	-
Reversões	-	-	(1.399)	-
Saldo final	10.045	352.270	137	518

Provisões técnicas - seguros	2016		2015	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR
Saldo inicial	49.793	344.588	40.679	138.212
Constituições	105.145	-	-	2.177
Diferimento pelo risco decorrido (109.391)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	495.217	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(312.603)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(179.432)	-	-
Atualização monetária e juros	-	4.500	-	-
Reversões	-	-	(5.269)	-
Saldo final	45.547	352.270	35.410	140.389

Provisões técnicas - resseguros	2016		2015	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR
Saldo inicial	9.580	9.580	1.624	2.372
Constituições	-	-	-	517
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(436)	-	-
Reversões	-	-	(88)	-
Saldo final	9.144	9.144	1.536	2.889

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 180.900 (R\$ 140.956 em 31 de dezembro de 2015).

Custos de aquisição diferidos

	2016	2015
Saldo no início do exercício	12.519	11.322
Constituições/reversões	(573)	1.197
Saldo no final do exercício	11.946	12.519

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante do sinistro neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro montante de sinistros avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido (não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT).

Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro										
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
No ano do aviso	1.151.454	409.359	384.470	335.607	304.753	300.375	331.799	355.695	389.232	393.070	393.070
Um ano após o aviso	1.177.305	398.121	378.484	337.865	314.806	310.875	315.800	338.534	382.452	-	382.452
Dois anos após o aviso	1.193.866	400.561	379.222	342.805	322.083	310.176	314.424	340.924	-	-	340.924
Três anos após o aviso	1.206.292	402.303	383.361	350.893	323.943	309.878	316.623	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação:

	2016		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	1.722	6.917	8.639
Constituições/reversões	136	8.348	8.484
Atualização monetária	232	2.248	2.480
Baixas	(187)	(4.229)	(4.416)
Saldo final	1.903	13.284	15.187

	2015		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	4.039	4.039
Constituições/reversões	1.670	5.249	6.919
Atualização monetária	240	-	240
Baixas	(188)	(2.371)	(2.559)
Saldo final	1.722	6.917	8.639

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	2016			2015		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	5	27.598	-	4	19.660	-
Possível	5	27.598	-	4	19.660	-
Trabalhistas	29	54.852	1.903	36	14.848	1.722
Provável	14	7.410	1.903	8	1.978	613
Possível	3	4.016	-	8	6.454	1.109
Remota	12	43.426	-	20	6.416	-
Cíveis	1.656	85.614	13.284	1.234	57.447	6.917
Provável	149	4.666	1.952	62	3.826	317
Possível	1.143	40.954	11.332	793	21.242	6.600
Remota	364	39.994	-	379	32.379	-
Total	1.690	168.064	15.187	1.274	91.955	8.639

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 439.766 (R\$ 468.766 em 31 de dezembro de 2015), e está representado por 38.245.074 ações ordinárias, sem valor nominal (38.433.749 ações em 31 de dezembro de 2015). **b) Reservas de capital:** O valor de R\$ 2.518 registrado na rubrica reserva de capital em 31 de dezembro de 2015 foi utilizado para resgate de 188.675 ações em 1 de julho de 2016. **c) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos Administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	93.284	104.325
Constituição da reserva legal (5%)	4.664	5.216
Lucro líquido ajustado	88.620	99.109
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	29.001	65.309
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	25.400	28.500
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	5.299	16.635
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	59.700	110.444
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	61%	95%
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	38.245.074	38.433.749
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	1,56099	2,87362

d) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação:

	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vida em grupo	494.543	424.267	64,78%	72,22%	23,27%	25,81%
Pessoas individual	109.221	106.354	35,27%	24,78%	0,08%	0,29%
DPVAT	58.881	75.901	85,86%	87,01%	1,08%	1,41%
Acidentes pessoais coletivo	77.647	66.624	26,92%	29,53%	28,57%	26,96%
Demas ramos	4.038	8.320	69,98%	20,00%	6,79%	9,27%
Total	744.330	681.466	58,19%	61,65%	18,58%	19,02%

b) Prêmios emitidos:

	2016	2015
Prêmios diretos	755.549	680.188
Prêmios de coseguros aceitos	932.113	807.001
Prêmios de coseguros cedidos	2.891	1.567
Restituição de prêmio	(237.937)	(203.809)
Repasse DPVAT	(399)	(472)
	58.881	75.901
c) Sinistros ocorridos:	(433.109)	(420.133)
Sinistros	(396.210)	(350.741)
Consórcio DPVAT	(33.033)	(56.561)
Ressarcimentos	674	14
IBNR	(14.351)	(6.650)
IBNeR	14.895	(2.247)
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	764	494
Serviço de assistência	(5.848)	(4.442)
d) Custo de aquisição:	(138.280)	(129.600)
Comissões	(98.992)	(94.486)
Recuperação de comissões	22.771	20.929
Outros custos de aquisição	(61.486)	(57.240)
Varição dos custos de aquisição diferidos	(573)	1.197
e) Outras receitas e despesas operacionais:	(36.330)	(25.025)
Apólices e contratos	(8.254)	(13.268)
Despesas com cobrança	(10.444)	(9.357)
Lucros atribuídos	(1.024)	(3.121)
Contingências cíveis	(10.194)	(5.246)
Despesas/receitas com DPVAT	(1.290)	(801)
Redução ao valor recuperável	(3.318)	11.274
Outras receitas/despesas	(1.806)	(4.506)

f) Resultado com operações de resseguro:

	2016	2015
Receitas com resseguro	16.614	8.482
Recuperação de indenização	18.403	5.683
Variação das provisões de resseguro	(3.789)	2.799
Despesas com resseguro	(7.656)	(7.219)
Prêmio de resseguro - direto	(7.656)	(7.219)

g) Despesas administrativas:

	2016	2015
Pessoal próprio	(30.332)	(24.740)
Serviços de terceiros	(16.649)	(11.780)
Localização e funcionamento	(18.472)	(11.209)
Publicidade e propaganda	(1.601)	(4.906)
Convênio DPVAT	(2.737)	(3.107)
Outras despesas administrativas	(4.302)	(1.438)
Despesas com tributos	4.522	(16.258)
COFINS	(13.234)	(12.491)
COFINS - Crédito tributário	17.497	-
PIS	(2.150)	(2.030)
PIS - Crédito tributário	2.843	-
Taxa de fiscalização	(1.325)	(1.172)
Outras despesas com tributos	891	(565)
Total	75.339	79.077

h) Despesas com tributos

	2016	2015
COFINS	(13.234)	(12.491)
COFINS - Crédito tributário	17.497	-
PIS	(2.150)	(2.030)
PIS - Crédito tributário	2.843	-
Taxa de fiscalização	(1.325)	(1.172)
Outras despesas com tributos	891	(565)
Total	111.976	99.213
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	115.299	38.022
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	34.938	35.694
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	(41.481)	22.961
Rendimentos equivalentes de caixa	911	1.025
Operações de seguros	479	293
Tributos	212	573
Outras receitas	1.618	645
Despesas financeiras	(36.637)	(20.136)
Operações de seguros - DPVAT	(12.441)	(10.077)
Operações de seguros	(19.058)	(7.730)
Taxa administrativa	(1.676)	(1.179)
Encargos sobre tributos	(3.453)	(1.134)
Outras despesas financeiras	(9)	(16)

i) Resultado financeiro

Resultados financeiros

Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda

Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento

Rendimentos equivalentes de caixa

Operações de seguros

Tributos

Outras receitas

Despesas financeiras

Operações de seguros - DPVAT

Operações de seguros

Taxa administrativa

Encargos sobre tributos

Outras despesas financeiras

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., BrasiVeículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFVG, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MFVG, Call Center localizada na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; Call Center localizada na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CFC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2016, estão demonstrados da seguinte:

	Pagamentos até 1 ano de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos	Despesas de arrendamento
	2016	2015	2016	2015		
Seguradora	2.354	10.613	45.777	58.744	2.690	
Call Center - Franca	198	892	1.672	2.762	46	
Call Center - São Carlos	208	938	-	1.146	68	
Total	2.760	12.443	47.449	62.652	2.804	
GRUPO SEGURADOR	2.760	12.443	47.449	62.652	2.804	
Arrendamento	2.760	12.443	47.449	62.652	2.804	
Sede GRUPO						
SEGURADOR	2.354	10.613	45.777	58.744	2.690	
Call Center - Franca	198	892	1.672	2.762	46	
Call Center - São Carlos	208	938	-	1.146	68	
Total	2.760	12.443	47.449	62.652	2.804	

GRUPO SEGURADOR

	2016	2015
SEGURADOR	47.072	212.262
Call Center - Franca	3.953	17.846
Call Center - São Carlos	4.165	18.761
Total	55.190	248.869

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	149.333	149.333	112.834	112.834
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(37.309)	(29.867)	(28.185)	(16.925)
Efeito aumento da CSLL para 20%	-	-	-	692
Diferenças temporárias	(2.385)	(1.908)	2.584	1.550
Diferenças permanentes	(509)	(378)	(569)	(103)
Prejuízo fiscal e base negativa	8.003	6.394	3.561	2.065
Juros sobre o capital próprio	6.350	5.080	7.125	4.275
Amortização de ágio	7.201	5.761	7.201	4.321
Deduções incentivadas	883	-	615	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.766)	(14.918)	(7.668)	(4.125)
Constituição/reversão de crédito tributário	(12.819)	(10.247)	(13.345)	(7.948)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	11	-	-	-
Ajuste de crédito tributários - aumento da CSLL de 15% para 20%	-	(310)	-	24.577
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(30.574)	(25.475)	(21.013)	12.504
Alíquota efetiva (%)	20%	17%	19%	11%

b) Créditos tributários e previdenciários:

	2016	Constituições	Reversões	2016
Ativo	6.958	1.263		
Tributos a compensar	11.218	177	(1.264)	10.131
PIS/COFINS	-	16.037	-	16.037
Tributos retidos na fonte	394	273	(27)	640
Total circulante	11.612	16.487	(1.291)	26.808
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	(139)	(74)	-	(213)
Provisão para riscos de crédito	3.143	33.950	(32.678)	4.415
Provisão para participação nos lucros	2.145	12.609	(12.711)	2.043
Contingências cíveis	2.767	9.883	(7.336)	5.314
Contingências trabalhistas	689	4.056	(3.984)	761
Outras provisões	15.580	8.704	(8.425)	15.859
Ajustes de títulos a valor justo	3.241	5.513	(8.754)	-
Tributos diferidos sobre ágio (*)	24.844	1.081	(14.042)	11.883
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	188.956	6.267	(20.663)	174.560
PIS/COFINS	-	4.304	-	4.304
Total não circulante	241.226	86.293	(108.593)	218.926
Passivo	2015	Constituições	Reversões	2016
Ajustes de títulos a valor justo TVM	-	1.402	-	1.402
Total passivo	-	1.402	-	1,402

(*) Valor incorporado da Vida Seguradora S.A.

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

	Compensação de Crédito Tributário (*)		
	2016	2017	2018
Resultado	-	61.424	2.928.664
Compensação (30% do lucro)	-	(18.427)	(878.599)
Alíquota de IRPJ e CSLL	-	45%	45%
Compensação do crédito tributário	-	43.000	2.050.065
IRPJ	-	(4.607)	(92.267)
CSLL	-	(3.685)	(74.001)